

Futuro do trabalho e da educação: das impressões biográficas às questões teóricas

*Future of labor and education:
from bibliographical insights to theoretical issues*

*Futuro del trabajo y la educación:
de las impresiones biográficas a las cuestiones teóricas*

Marcelo Lima² 

Resumo: O contato direto e precoce com o trabalho me antecipou inquietudes sobre requisitos de acesso ao emprego. Das dúvidas sobre a validade da Teoria do Capital Humano, que confirmaria os efeitos do conhecimento escolar para o acesso ao trabalho formal, transitei das experiências dramáticas do desemprego para questões mais complexas, advindas da teoria. Com Antunes e Braga (2009), e em contraposição a Castells (2007), mas, sobretudo, alinhado à Marx (2008) e Mészáros (2008), consideramos haver uma tendência de aprofundamento não linear, mas real, da polarização das qualificações; na absorção progressiva, mas finita, do trabalho vivo pelo trabalho morto; na ampliação residual do trabalho complexo e imaterial; na precarização e flexibilização do trabalho. A partir da teoria resisto às apologias da sociedade do conhecimento de pleno emprego (muito lazer e alta produtividade), de sorte que, pela pesquisa antevio a combinação do movimento singular, “para frente”, das forças produtivas, e universal, “para trás”, das relações sociais de produção.

Palavras-chave: Impressões biográficas. Futuro do trabalho. Polarização das qualificações. Educação.

Abstract: *Early and direct contact with work anticipated concerns about job access requirements. From doubts about the validity of the Human Capital Theory, which would confirm the effects of school knowledge on access to formal work, I moved from the dramatic experiences of unemployment to more complex questions arising from theory. With Antunes and Braga (2009), and in contrast to Castells (2007), but mainly in line with Marx (2008) and Mészáros (2008), we consider that there is a tendency for a nonlinear but real deepening of the polarization of qualifications; in the progressive but finite absorption of living labor by dead labor; in residual magnification of complex and immaterial labor; precariousness and flexibility of work. From the theory I resist the apologies of the knowledge society of full employment (very leisure and high productivity), so that through research I foresee the combination of the singular movement, "forward", the productive forces, and universal, "backward", of the social relations of production.*

Keywords: *Biographical impressions. Future of labor. Polarization of qualifications. Education.*

Resumen: *El contacto temprano y directo con el trabajo anticipa las preocupaciones sobre los requisitos de acceso al trabajo. A partir de las dudas sobre la validez de la Teoría del Capital Humano, que confirmaría los efectos del conocimiento escolar sobre el acceso al trabajo formal, pasé de las dramáticas experiencias de desempleo a preguntas más complejas que surgen de la teoría. Con Antunes y Braga (2009), y en contraste con Castells (2007), pero principalmente en línea con Marx (2008) y Mészáros (2008), consideramos que existe una tendencia a una profundización no lineal pero real de la polarización de las calificaciones; en la absorción progresiva pero finita del trabajo vivo por el trabajo muerto; en el aumento residual del trabajo complejo e imaterial; precariedad y flexibilidad de trabajo. Desde la teoría me resisto a las disculpas de la sociedad del conocimiento del pleno empleo (muy libre y de alta productividad), de modo que a través de la investigación preveo la combinación del movimiento singular, "hacia adelante", las fuerzas productivas y universal, "hacia atrás", de las relaciones sociales de producción.*

Palabras clave: *Impresiones biográficas. Futuro del trabajo. Polarización de calificaciones. Educación.*

¹ Submetido em: 24 jun. 2019 - Aceito em: 08 out. 2019 - Publicado em: 16 nov. 2020

² Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – E-mail: marcelo.lima@ufes.br

Introdução

Saber como será o futuro do Trabalho e da Educação no Brasil e ou no mundo, é tarefa hercúlea, mas sedutora e, portanto, não faltam aqueles que, ao tentarem ser proféticos, afastam-se dos critérios mais elementares da investigação científica. Diante disso, deve-se reconhecer os limites das pesquisas, assim como dos pesquisadores, pois o que nos resta é apenas sondar e prospectar alguns indícios e sinais que já se apresentam em lugares onde o futuro, de certo modo, se antecipa.

Mas onde estão os sinais desse futuro? Acredita-se que quase sempre a indústria de ponta de países do centro do capital aponta o caminho, mas quais são os limites de sua viabilidade e generalidade para países periféricos e realidades produtivas locais? Ao observarmos o contexto tecnológico e a divisão internacional do trabalho, muitos dados apontam para uma realidade do trabalho de base produtiva mundial diversa, complementar, heterogênea, desigual e combinada.

Não obstante, em algumas ilhas de desenvolvimento, a progressão da tecnologia mostra-se espantosa e muitos tentam copiá-la, como fizeram com as descobertas da revolução industrial inglesa no final do século XVIII e no discurso do século XIX. Tais esforços de produção e apropriação acabam por definir as hierarquias geopolíticas, o que levaria a uma generalização do bem-estar humano. Contudo, a própria evolução tecnológica não parece se mover por si mesma, estando, assim, alicerçada nas relações sociais de cada modo de produção.

Muito longe de resolver tais problemáticas, mas buscando elementos das formulações do pensamento marxista, tendo por base a pesquisa mais recente da sociologia do trabalho sobre a realidade do trabalho, buscamos nesse estudo um conjunto de questões sobre o futuro do Trabalho e da Educação. Nesse artigo, inicialmente, à luz de Bueno (2002), tomamos nossa própria história de vida para problematizar o futuro do trabalho na sua relação com a educação. Num segundo momento, em diálogo com alguns elementos do pensamento marxista, elencamos questões teóricas reposicionando o tema em tela para, em convergência com pesquisas recentes da sociologia do trabalho, indicar na conclusão aspectos perenes e aspectos mutáveis que devem constituir o futuro do trabalho na sociedade capitalista.

Impressões biográficas

Inserido no mundo do trabalho desde os nove anos de idade como jornalista, a experiência e a necessidade de trabalhar sempre estiveram colocadas no meu cotidiano como condições para sobreviver e ajudar em casa na alimentação de uma família numerosa e sem a presença paterna, obrigando-me, quase sempre, a compatibilizar quatro horas de trabalho com quatro horas de estudo durante o antigo 1º grau numa escola pública. Vencida a adolescência, adentrando ao 2º grau com trabalho em tempo integral, virei sujeito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), situação que abandonei quando consegui ingressar, em 1981, no ensino técnico numa escola técnica federal. Dali saí convicto de que, tendo obtido boa formação

profissional, estaria credenciado ao ingresso nas grandes indústrias, o que se demonstrou, em plena crise econômica dos anos 1980, uma verdade muito relativa. O que no meu caso não se concretizou.

Tendo alcançado sucesso num concurso público para o Departamento de Trânsito (Detran), passei a fazer manutenção semafórica, atividade técnica semi-complexa, mas muito perigosa, que abandonei em 1987. Buscando novos ambientes de trabalho, alcancei êxito ao me inserir no trabalho docente, descobrindo minha real vocação pessoal, passando a atuar numa escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) do meu estado. Nessa experiência, descobri o quanto insuficiente é nos termos apenas nos saberes técnicos, e o quanto seria complexo conduzir os processos de ensino-aprendizagem do trabalho industrial.

Nesse movimento, após cinco anos de atuação como instrutor de eletricidade, na busca por entender o meu próprio trabalho de professor de ensino prático-profissional, resolvi cursar graduação em pedagogia numa universidade federal. Não demorou muito para perceber as muitas limitações daquilo que o curso de pedagogia ofereceria como respostas às complexas questões ontológicas, tecnológicas, econômicas e pedagógicas, que atravessam os campos do Trabalho e da Educação.

Sem respostas adequadas sobre a especificidade da modalidade de ensino na qual atuava, e sem perspectiva de crescimento profissional dentro da instituição em razão de minha atuação no Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional (Senalba), vi-me pressionado a continuar estudando e a buscar outras opções de trabalho.

Além de não aceitar que meu trabalho fosse reduzido à mera reprodução da força de trabalho, percebi que deveria mudar meu fazer profissional e aprofundar mais os estudos (se possível, em nível de mestrado). Sendo assim, assumi, por meio de concurso público, a função de coordenador de escola na prefeitura municipal da capital do estado onde morava. Ao tentar me reinventar profissionalmente, assumindo por 15 anos o papel de assistente técnico de direção de escola, conclui não só pela incompletude de minha formação, mas também por minha enorme incapacidade administrativa. Percebi que por mais que estivesse preparado para determinada função, a falta de vocação para o comando e para a gestão escolar impedia um desempenho ainda que razoável.

Simultaneamente, já no final dos anos 1990, buscava minha inserção na pós-graduação de uma universidade federal. Ali descobri vocação para o ato de pesquisar e me encantei novamente com o campo de estudos sobre Trabalho e Educação, o que me era, como antes, instigante e inquietante. Ao iniciar as primeiras investigações, minhas reflexões sobre o campo do ensino profissional começaram a ganhar alguma consistência, levando-me a um permanente conflito entre estudo e trabalho, tomado agora como questão não só existencial, mas também epistemológica. Assim, prossegui na tentativa de responder como se articula a esfera da educação com o mundo do trabalho e, nessa direção, surgiram algumas publicações em periódicos na área de educação que deram vazão às minhas reflexões.

Nessa mesma fase, tentei entender: por que muitas pessoas estudam, mas não conseguem um bom emprego? E, nesse contexto, numa revista do programa de pós-

graduação, produzida pelos próprios alunos, publiquei textos analisando a Teoria do Capital Humano e os Planos Nacionais de Qualificação, no qual elaborei minhas primeiras críticas às incongruências estruturais entre emprego e escolarização. A formulação desses primeiros textos contestava a relação de causa e efeito entre escolarização e emprego. Neste momento pude encontrar espaço para construção de um texto cuja função não foi apenas de dar lugar a minha produção acadêmica, mas também me ajudou a perceber como um programa de pós-graduação depende do esforço coletivo de publicação.

Dando continuidade aos estudos, me inseri no doutoramento em educação, em outra universidade federal, de 2000 a 2004, de onde ao concluir a formação como doutor em educação, não consegui inserção no ensino superior público. A profunda crise do ensino superior, produzida pelos governos FHC (1995-2002), que pretendia sucatear a universidade pública, restringia em muito minhas possibilidades de aprovação e nomeação em concursos para professor.

Posteriormente, já no ano de 2010, tendo logrado êxito na inserção na universidade, em pleno governo Lula (2003-2011), na vigência do REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), continuei produzindo reflexões sobre as muitas incongruências entre formação e inserção no trabalho. Nesse período fiz vários estudos sobre o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), gerando publicações que criticavam como a formação para o mercado havia se metamorfoseado no mercado da formação, jogando alguma luz sobre uma dialética perversa das políticas educacionais vinculadas à educação básica e profissional.

Questões teóricas

O debate atual sobre a relação entre tecnologia e educação passa, necessariamente, pelas pesquisas sobre as mudanças no mundo do trabalho e suas articulações com o conhecimento historicamente produzido. Esse contexto não afeta os sistemas de ensino de modo linear e uniforme, haja vista que os seus efeitos são dinâmicos, contraditórios e colocam novas demandas às políticas de educação profissional e tecnológica de cada país.

Para caminhar no sentido de apreender um tema tão complexo, precisamos retomar o debate sobre a categoria Trabalho desenvolvida por Marx, tendo em vista seu caráter ontológico no contexto do estágio atual de desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social e técnica do trabalho. Entender esse processo pressupõe perceber o homem como espécie, mas também como produto e produtor no século XXI.

Apesar de ser um autor do século XIX, Marx, em suas várias obras, em contraponto ao pensamento naturalista de sua época (HÚNGARO, 2014), já explicava o homem como ser social e o definia, de forma ainda muito válida, com base nas formas históricas de produção da existência material. Para Marx (2010a), a produção humana é o engendramento do próprio homem que, mediante o trabalho humano, produz a si mesmo. Desse modo, “ao atuar sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (MARX, 1983, p. 32).

Ao trabalhar, o homem não produz apenas objetos e coisas, produz a si mesmo e, nesse sentido, o trabalho é a forma de existência material que determina o ser do homem, consistindo-se no modo pelo qual o homem produz muito mais que sua existência, mas também se autocria, o que confere à atividade humana uma dimensão ontológica.

Aqui não se trata, conforme afirma Húngaro (2014), de uma redução dos homens à produção material, mas do reconhecimento de que a produção material é o dado primário, o ponto de partida para o conhecimento e a compreensão da história humana. Ou seja, ao tomar o trabalho em seu sentido ontológico, estamos tomando a produção como práxis, como conjunto consciente de ações e atividades exclusivamente humanas.

Isto significa dizer que o conjunto de intencionalidades, motivos e finalidades humanas integra a consciência e se constitui no fundamento da práxis. O homem, conscientemente “por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”, colocando em “em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida” (MARX, 1983, p. 32).

Para Leontiev (1978), o motivo pelo qual agimos é resultante de uma necessidade que mobiliza determinada ação. A transformação da ação em atividade sinaliza um processo do qual se originam novas necessidades, pensadas e realizadas devido ao surgimento de novos motivos, que impulsionam novas ações e operações que se encontram subordinadas à determinadas condições para sua realização.

Lukács (1978), por sua vez, reitera a consciência como algo inerente ao processo do trabalho humano e propõe o conceito de teleologia, segundo o qual o homem realiza o trabalho por meio de finalidades conscientes, que constituem o “*télos*”, o fim de suas ações. O autor afirma que o trabalho não se reduz à aplicação instrumental do conhecimento, sendo este um ato também cognoscente. Nesse sentido, a produção material humana também é uma produção cultural e epistêmica, que gera conhecimento sobre o “como” e “o que” se produz. Logo, a consciência humana não pode ser compreendida por si mesma, pois como o próprio homem, ela produz e é produzida pelo trabalho.

Nessa mesma direção, Duarte (2013) afirma que, para além das ações e operações, as atividades humanas constituem-se em objetivações. Conceito que opera dialeticamente a relação do sujeito com o objeto sem dicotomizar o processo de trabalho, explicando a relação do homem com o trabalho num triplo movimento de subjetivação, apropriação e objetivação, que resulta da relação sócio-histórica complexa e dinâmica das dimensões humanas vinculadas ao internalizar, pensar e fazer, consciência, teoria (finalidade, cálculo, *télos*) e prática (produção material), cuja realização dá-se nos limites da interação técnico-científico-produtiva do homem com a natureza, em cada estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

Até certo período da história, os homens produziam coletivamente, pautados pela lógica do carecimento e da subsistência, e todos, de algum modo, possuíam, também coletivamente, a terra e os meios de produção que lhes permitiam realizar o trabalho de forma relativamente autônoma. Desde as comunidades mais primitivas, todos os membros estavam

envolvidos, de alguma maneira, em garantir os elementos necessários à sobrevivência da comunidade. Com a superação dessas formas surgem com advento do escravismo (antiguidade) e, posteriormente, da servidão (feudalismo) formas mais degradadas de relação de trabalho e de divisão do trabalho. Com o advento do trabalho “livre” no capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas e o surgimento da propriedade privada, viabilizada pelos cercamentos, os homens passaram a produzir níveis mais elevados de excedentes que se transformaram não apenas em valores de uso, mas também, e principalmente, em valores de troca, pautando-se pela relação de exploração surgida da divisão técnica e social do trabalho de novo tipo.

Essa fase, construída com base em muita violência por parte do capital e por resistência dos trabalhadores, levou o *locus* produtivo do espaço doméstico para fábrica; da cooperação simples, passando pela manufatura e consolidando-se na grande indústria; no processo de transição do trabalho doméstico, artesanal, para o de uso de ferramentas; do trabalho integral e autônomo e de subsistência para o trabalho fabril, fragmentado, com uso de máquinas e ferramentas, heterônomo, assalariado.

Essa transição, que não foi linear nem natural, levou muitas décadas, em determinados lugares, e séculos, em outros, para se implementar, e articulou-se com o surgimento da manufatura e do trabalho assalariado. Antes desse estágio, o processo de trabalho tinha como unidade básica o ofício qualificado, no qual o trabalhador detinha um amplo acervo de conhecimentos, métodos e técnicas empregadas no processo produtivo, de sorte que “combinava, no corpo e na mente, os conceitos e habilidades físicas de sua especialidade” (BRAVERMAN, 1987, p. 100), o que demandava anos de aprendizagem e experiência. Nessa condição, o trabalhador que dominava todas as etapas do processo, determinando seu ritmo, tornou-se um empecilho para o desenvolvimento e a otimização do processo de produção do valor.

Para o capitalista, é fundamental, com vistas à expansão do seu lucro, aumentar o tempo de trabalho excedente, que constitui a essência da mais-valia. A forma mais reiterada de empreender esse objetivo, no entanto, é a redução do tempo socialmente necessário, que está na base do valor da mercadoria força de trabalho. Na impossibilidade de estender progressivamente a jornada de trabalho (tempo necessário + tempo excedente), o capitalista encurta o tempo de trabalho necessário, gerando acréscimo de mais-valia relativa, na maioria das vezes, por meio de inovações tecnológicas e organizacionais.

Nessa condição, o produtor gera mais valores-de-uso com o mesmo tempo de trabalho necessário, permitindo ao capitalista que acelera a produção, obter uma realização ampliada da mais-valia, na sua forma relativa, na medida em que vende seus produtos pelo preço médio de produção com um custo de trabalho comparativamente menor, mas remunera apenas o tempo de trabalho necessário, que deve ser cada vez menor.

A estratégia fundamental do capital para empreender seus objetivos de produzir mais e remunerar menos é o aprofundamento do processo de alienação, não só do produto do trabalho, mas também do processo de trabalho, levando às últimas consequências a destituição do trabalhador do domínio sobre o próprio trabalho e incorporando mais trabalho morto ao processo.

Como foi (e é) possível ao capital, ao mesmo tempo, embutir, na maquinaria e na gerência, e retirar, dos operadores, conhecimento na produção, produzindo mais por menos e com lucro maior? Braverman (1987) explica como o capitalista faz para conciliar custo da força de trabalho, ritmo de produção e geração de valor.

Historicamente, esse processo vem combinando inovações tecnológicas e organizacionais, o que, segundo Babbage (*apud* BRAVERMAN, 1987), possibilita produzir mais produtos padronizados com menos pessoas qualificadas, desde que seja garantida uma administração científica do processo. Nessa lógica, quanto mais cada trabalhador tem o seu domínio do fazer produtivo fragmentado, mais útil e barato ele se torna, sendo mais adequado ao capital do que aquela força de trabalho, então menos controlável e mais cara, que reúne, em poucos trabalhadores, diversas capacidades integradas.

Nesse processo, como bem explicam Smith (1998) e Braverman (1987), para reduzir a taxa de trabalho complexo em favor da ampliação do trabalho simples, altera-se não só o tempo socialmente necessário de produção, mas também o tempo socialmente necessário para a formação do trabalhador, que está na base da composição orgânica dos custos da força de trabalho. Se a inovação gera simplificação e fragmentação das tarefas, como incessantemente buscou Taylor, também produz a desqualificação do trabalho e a subqualificação média do trabalhador, barateando ainda mais a mercadoria força de trabalho, além de permitir a produção rápida e volumosa de trabalhadores semiqualeificados e a sua fácil e rápida substituição.

As consequências humano-produtivas desse processo foram muitas. Conforme salienta Braverman (1987), reduziu-se a necessidade de qualificação profissional para a maioria dos trabalhadores, bastando-lhes o domínio da execução de uma sequência de tarefas repetidas, estabelecidas pela subdivisão do trabalho. Houve, pois, a reelaboração da própria noção de qualificação profissional, que antes vinculava o trabalhador ao domínio completo de seu ofício (MARX, 2010b).

A condução do processo produtivo nas mãos da administração e as novas formas como o trabalho passou a se organizar afetaram a noção de qualificação profissional (BRAVERMAN, 1987). Assim, o conceito tradicional de qualificação acabou por ser desmontado, restando ao trabalhador “uma habilidade específica, uma operação limitada e repetitiva” (BRAVERMAN, 1987, p. 375). Ou seja, a divisão técnica do trabalho ao simplificar os ofícios, impactou a valorização do saber do trabalhador médio, reduzindo sua necessidade, o que foi intensificado graças à introdução da produção fabril, que também transferiu para as máquinas parte do conhecimento social historicamente produzido. Aqui combina-se a transformação do trabalho complexo em trabalho simples com a transformação do trabalho vivo em trabalho morto, fundindo-se trabalho alienado em trabalho abstrato.

Nesse movimento, o processo de trabalho tem suas bases ontológicas corroídas e a classe trabalhadora, expropriada dos meios de produção e possuidora da força de trabalho, foi também expropriada da autonomia relacionada ao domínio dos saberes do trabalho. Tais aspectos comprometeram as interfaces entre atividade-consciência e trabalho-conhecimento antes descritas, afastando produtor e produto e instaurando o trabalho estranhado, em que o trabalhador já não domina o seu fazer, mas é dominado por ele.

Nesse caso, conforme salienta Duarte (2013), deforma-se a individualidade **para-si** que tende a se reduzir à condição de individualidade **em-si**. Aqui a ruptura, ainda que parcial, entre consciência e atividade, é favorecida. Simplificação, ritmo e fragmentação da atividade, determinados pelo proprietário dos meios de produção, favorecem mais ao automatismo operacional, transformando destreza em adestramento. Esvazia-se o *télos*, o cálculo, a ciência e o saber-fazer que estão na base da elaboração mental-operacional. Aqui, a imagem chapliniana dos **Tempos modernos** não é um exagero, e caracteriza não apenas a busca incessante pela produção, mas também explícita, tal como descreve Dejours (1992), o sofrimento e a desumanização do trabalho fabril estranhado.

A divisão técnica do trabalho influencia na questão da qualificação profissional e na educação, passando a determinar tanto os seus modos de organização quanto a que setores da sociedade cada tipo de oferta educacional se destina. Assim, a cisão entre atividade manual e intelectual produzida pelo processo acima descrito tende a aprofundar a desqualificação do trabalhador e a formação humana, que ora se destina ao trabalho simples, ora ao trabalho complexo. Esse processo investigado pelo campo da sociologia do trabalho e pela teoria marxista consolidou o que chamamos de **tese da polarização das qualificações**, que explica a heterogeneidade e a hierarquização presentes no mundo do trabalho.

O debate em torno do significado da qualificação assumiu diversas conotações ao longo do tempo, originando três teses que afirmam três tendências. A primeira tese defende a tendência de qualificação geral e média da força de trabalho. Muito influenciada por uma espécie de determinismo tecnológico, advogava a tendência geral de elevação da qualificação do trabalhador. Tal visão nos parece enclausurada num otimismo e numa visão homogênea e homogeneizadora, a partir da qual as formas produtivas mais desenvolvidas se generalizariam para todos os países e para todos os tipos de profissões de atividades produtivas. A segunda tese, mais pessimista, defende a tendência geral de desqualificação da força de trabalho. Assim como Braverman (1987), opera numa perspectiva de desqualificação permanente e progressiva da força média de trabalho. Mas uma terceira visão, que nos parece mais adequada, apoiada em autores como Hirata (1994), pleiteia uma base produtiva tendencialmente heterogênea na qual ocorreria vários movimentos combinados. Segundo a tese da polarização das qualificações, a força de trabalho dialeticamente se qualifica e se desqualifica, se valoriza e se desvaloriza, requer, destrói e ou gera mais saberes técnicos e sociais para a produção.

Tal assertiva se revela em cada país de modo diferenciado, como afirma Arrighi (1997). Por processos históricos de dominação cultural, comercial e tecnológica, as nações do centro orgânico do capital passaram a dominar mais as atividades neurocerebrais e os países da periferia do capital passaram a dominar as atividades neuromusculares, possuindo, assim, taxas muito menores de uso do trabalho complexo. Esse movimento também explica como os sistemas educativos dos países absorvem as demandas de qualificação de modo heterogêneo. Essa configuração consolidou-se na vigência do sistema taylorista-fordista de produção de base tecnológica eletromecânica, durante a era de ouro do fordismo, e que compreende o período entre o final da Segunda Guerra Mundial e a crise do petróleo nos início dos anos 1970.

A partir daí os processos de proteção social, assalariamento e de produção e consumo entram em crise. Esse contexto impulsionou, na virada do século, processos ainda mais radicais de incorporação de trabalho vivo e de conhecimento por meio do incremento de tecnologias de produção, com consequências e expectativas muito complexas que ainda carecem de elucidação. Nesse momento, muitas teses passaram a advogar o surgimento da sociedade da informação e a hegemonia do trabalho complexo, contexto que demarcaria uma inflexão na degradação do trabalho na sua forma alienada e abstrata, indicada por Marx e Braverman.

Castells (2007) prenunciou a superação do trabalho degradado pelo avanço técnico-científico – em especial, pela **internet** –, pela difusão de empregos qualificados com forte autonomia no trabalho, pela consolidação de valores comuns, unindo trabalhadores e gerência, pela hegemonia do trabalho complexo em atividades relacionadas à inovação tecnológica, e, finalmente, por intermédio do crescimento de uma nova economia de serviços unificada por um modelo mais rico de comunicação produtiva (ANTUNES; BRAGA, 2009).

Segundo Antunes e Braga (2009), trata-se aqui do conhecido argumento pós-industrial, amplamente utilizado por Castells e outros autores, que consiste em proclamar a superação do trabalho degradado típico da fábrica taylorista-fordista pela “criatividade” e “autonomia” inerentes às atividades de serviços associadas às tarefas de concepção e planejamento de processos e produtos. Ainda de acordo com esses autores, na verdade, a suposta hegemonia desse modo de desenvolvimento produtivo, a que Castells chamou de “informacionalismo”, carrega consigo a promessa de que a inserção ocupacional emancipada no e pelo trabalho complexo é algo potencialmente acessível a todos.

Para fazer esse debate bastante complexo é preciso pensar os impactos das mais recentes inovações tecnológicas na qualificação dos trabalhadores. Todavia, vale lembrar que não se pode privilegiar, nesse caso, uma leitura lógico-históricaⁱ do processo em tela. Torna-se mais importante operar com uma análise histórico-lógicaⁱⁱ, sob pena de cairmos em reducionismos que tomam a história como uma trajetória linear e evolutiva dos fatos, na qual as tendências permanecem inalteradas ao longo do tempo. A nosso ver, esse é o principal erro de Castells, que acredita na permanência do crescimento da complexificação do trabalho humano.

O processo de precarização do trabalho humano pode ser visto na pesquisa desenvolvida por Antunes e Braga (2009, p. 8) sobre o setor vinculado às tecnologias de informação e comunicação, denominado como infoproletários ou cibertariado: “Após intenso processo de privatização e terceirização, o setor de tecnologia das telecomunicações e telefonia obteve expansão significativa, de modo que, no final da primeira década do século XX, chegou a 675 mil, constituindo uma das maiores categorias profissionais”. Ainda segundo Antunes e Braga (2009, p. 9), “a busca pela máxima rentabilidade dos ativos nas empresas do setor produziu um ciclo aprofundado de terceirizações, comportando múltiplas formas de precarização do trabalho, além de modos exacerbados de intensificação de tempos e movimentos no ato liberal”.

A pesquisa sobre o trabalho neste setor mostrou que, ao “contrário daquilo que é, com frequência, advogado pelas teses da ‘sociedade pós-industrial’, o trabalho no setor de

telemarketing é rigidamente condicionado pelas características desse processo de reprodução contraditória” (ANTUNES; BRAGA, 2009, p. 9).

Para Antunes e Braga (2009, p. 10), o setor de *telemarketing*

Articula tecnologias do século XXI com condições de trabalho do século XIX, mescla estratégias de intensa e brutal emulação do teleoperador, ao modo da flexibilidade toyotizada, com técnicas gerenciais tayloristas de controle sobre o trabalhador; associa o serviço em grupo com a individualização das relações trabalhistas, estimula a cooperação ao mesmo tempo em que fortalece a concorrência entre os teleoperadores, dentre tantas outras alterações, ampliando as formas mais complexificadas de estranhamento e alienação contemporânea do trabalho.

Essa pesquisa, assim como outras, revelam as fragilidades das teses apologéticas da tecnologia, o que não nos permite simplificar o processo em curso. Sabemos que o estágio atual incluiu no sistema, há muito tempo, os administradores, tanto especialistas quanto planejadores, que, progressivamente, assumiram a função de comando, antes exclusiva dos proprietários dos meios de produção. Vale perguntar: por que isso ocorre e como evolui?

10

Com base nos conceitos marxistas, penso que o aumento do grupo que realiza o trabalho complexo ocorre porque, quando há a aceleração do tempo médio da produção, de um lado, reduz-se o tempo médio da formação dos trabalhadores dos setores produtivos, mas, por outro, amplia-se o tempo médio de formação dos trabalhadores dos setores de comando técnico e gerencial. Tal processo induziria a expansão quantitativa e relativa da presença do trabalho complexo na produção atual, o que levaria à sobrevalorização da força de trabalho, que seria cada vez mais complexa para produzir, bem como para formar.

Isso seria verdade, mas além da produção progressivamente suprimir os postos de trabalho e os sistemas de ensino produzirem permanentemente excedentes de trabalhadores mediantemente qualificados, o trabalho complexo sofre uma metamorfose permanente no sentido de sua simplificação. Ou seja, quando esse grupo começa a se ampliar muito e a inovação produz mais complexificação do que simplificação, necessitando de mais trabalhadores com maior tempo de formação, aumentando a participação do trabalho complexo em detrimento do uso do trabalho simples, e sobrevalorizando o custo da força de trabalho, o capital vê-se forçado a ressimplicar o trabalho complexo.

Desse modo, mesmo que tendencialmente o mercado de consumo cresça demandando mais produção e mais trabalhadores qualificados, o peso relativo do trabalho precisa ser contido. Nesse caso, em cada fase tecnológica será necessário e útil ao capital, na medida em que for capaz de complexificar a produção, suprimir mais trabalho vivo. Assim, historicamente, o trabalho complexo aumenta e logo depois se retrai, sendo na composição da força de trabalho relativamente menor. Ou seja, se por um lado o desenvolvimento das forças produtivas não exclui a força de trabalho mais qualificada, ele a mantém como elemento intermediário e periférico à estrutura do mercado de trabalho.

Como afirma Marx (2010b), a produção da existência pressupõe relações sociais que são, por um lado, determinadas independentemente da consciência dos homens e, por outro, determinam essa mesma consciência. Castells erra ao considerar que o desenvolvimento das

forças produtivas levaria *ad infinitum* à novas relações sociais de produção. Para Marx (2010b), as forças produtivas da sociedade entram em contradição com as relações sociais de produção existentes, juridicamente fundamentadas essas nas relações de propriedade.

Desse modo, a superação da sociedade capitalista não ocorrerá pela chamada sociedade do conhecimento, onde a propriedade privada seria o saber humano, pois, segundo Marx, uma formação social não desaparece antes que sejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa possuir. Por outro lado, novas relações de produção não aparecem antes que as condições materiais de exigência dessas relações tenham sido incutidas no seio da velha sociedade.

Apesar disso, Marx (2010b) alerta que, dialeticamente, essas mesmas forças produtivas, que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa, criam também as condições para resolver esse antagonismo. Mas isso não ocorre por inércia ou naturalmente, haja vista ser fruto da luta de classes, processo esse que levará a sociedade a superar essa formação social.

Conclusão

Frente aos dados da realidade, cotejados com base na teoria do valor-trabalho de Marx, concluímos que a tese defendida por Castells não garante que a atual fase do capitalismo, ou mesmo o seu futuro, represente uma ruptura com os elementos essenciais do capital, mas, ao contrário, constitui o seu aprofundamento. Neste sentido, algumas perguntas ainda permanecem sobre as consequências para a qualificação profissional dos trabalhadores.

Se os discursos apologéticos da sociedade da informação fossem então verdadeiros, de que modo ficariam os níveis escolares e de formação técnica e tecnológica? Eles tenderiam para cima e teríamos uma sociedade mais escolarizada com todos os indivíduos empregados e capazes de dominar as tecnologias para produzir melhor e de forma igualitária?

Considerando a indústria 4.0, a internet das coisas, o que nos espera? A nossa humanização depende da tecnologia ou de uma verdadeira revolução social? Longe de conseguir responder a essas questões, reiteramos o legado conceitual marxista para tentarmos entender esse processo.

Ninguém sabe o que a história vai mostrar. Até agora, percebemos como válidas as formulações de Marx, que nos levam a constatar que o futuro pode não nos reservar uma evolução do capitalismo, das relações de trabalho, no sentido de superação da exploração do homem pelo homem. Ao contrário, tal como afirma Mészáros (2008), até onde conseguimos observar, cada vez mais o processo histórico de aprofundamento da forma capital reduz as suas bases civilizatórias. Estando certo Mészáros, tendo a acreditar que o futuro do capitalismo é a barbárie, mas uma barbárie de caráter sofisticado, na qual os algoritmos da inteligência artificial incorporam parte da subjetividade humana necessária à produção contemporânea da indústria 4.0.

Ainda consigo observar que outra parte do conhecimento e da criatividade própria do ser humano permanece imune à incorporação tecnológica, fazendo sobreviver o valor trabalho vivo nas atividades altamente qualificadas, restando, para maioria, o trabalho desqualificado e precarizado.

Desse modo, dialogando com as pesquisas de Antunes e Braga (2009), e em contraposição as posições de Castells (2007), mas, sobretudo, alinhado com Marx (2008) e Mészáros (2008), concluo pela tendência de aprofundamento não linear, mas relativa, da polarização das qualificações, pela absorção progressiva, mas não infinita, do trabalho vivo pelo trabalho morto, pela ampliação residual do trabalho complexo e imaterial, mas, principalmente, pela profunda precarização e flexibilização do trabalho.

Ou seja, depois de anos de pesquisa e inserção pessoal no mundo do trabalho, rejeito as falsas ideias sobre a relação trabalho e educação e nego a Teoria do Capital Humano ou as elaborações apologéticas da sociedade do conhecimento de pleno emprego (muito lazer e alta produtividade), pois observo pela pesquisa que o avanço das forças produtivas escondem o retrocesso das relações de trabalho.

Referências

- ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (org.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Tradução de Sandra Vasconcelos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- BUENO, Belmira Oliveira. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 28, n. 1, p. 11-30, jan./jun. 2002. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022002000100002>.
- CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez; Oboré, 1992.
- DUARTE, Newton. **A individualidade para si**: contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.
- HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo de competência. *In*: FERRETTI, Celso João *et al.* (org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994. p. 124-138.

HÚNGARO, Edson Marcelo. A questão do método na constituição da teoria social de Marx. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da (org.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. p. 15-78.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte, 1978.

LUKÁCS, Georg. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Temas de Ciências Humanas. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n. 4, p. 1-18, 1978.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

Notas

ⁱ Segundo essa perspectiva, cognitivamente, o processo de desenvolvimento histórico e as relações de causalidade entre fatores e fatos históricos tornam-se válidos à medida em que se apresentam como lógicos e inteligíveis, no sentido do movimento no pensamento do tipo analítico-indutivo, a exemplo da visão de Hegel sobre a realidade.

ⁱⁱ Segundo essa perspectiva, cada processo de desenvolvimento histórico é perpassado por contradições e mediações que constituem a relação entre fatores e fatos históricos para definir cognitivamente o que é lógico, no sentido do movimento do pensamento do tipo indutivo-analítico, a exemplo da visão de Marx sobre a realidade.